



## **Observatório Ambiental de Alcanena**

### **Ata da 5ª Reunião – 26 de Março de 2019**

Aos vinte e seis dias do mês de Março do ano de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, teve lugar no Auditório da Câmara Municipal de Alcanena a quinta reunião do Observatório Ambiental de Alcanena, tendo estado presentes os representantes das entidades que constam da folha de presenças anexa.

A presente reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: 1 – Aprovação da ata da 4ª reunião, realizada a 27 de Novembro de 2019; 2 – Plano de Ação para 2019 - Ponto de Situação; 3 – Outros Assuntos.

A reunião foi conduzida pela Presidente da Câmara Municipal de Alcanena (CMA), Fernanda Asseiceira, enquanto entidade coordenadora deste projeto, que deu início à sessão dando as boas-vindas a todos os presentes e agradecendo uma vez mais a colaboração neste projeto.

A Presidente da Câmara começou por informar sobre a realização do Festival da Biodiversidade – OBSERVACARSO, de 18 a 22 de Maio, na Praia Fluvial dos Olhos de Água do Alviela, convidando todas as entidades a participar no referido evento, nomeadamente através da presença em stand ou da apresentação de outros projetos que possam inserir-se no âmbito desta iniciativa, estando o Município de Alcanena recetivo a sugestões por parte das diferentes entidades. Acrescentou ainda que, à semelhança do ano anterior, será feita uma divulgação dos trabalhos em desenvolvimento no âmbito do Observatório Ambiental no stand da Câmara Municipal de Alcanena.

Passou-se de seguida ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, com a aprovação da ata da 4ª reunião, realizada a 27 de Novembro de 2018, anteriormente enviada para todas as entidades para revisão. Foi então colocada a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos – Plano de Ação para 2018 e respetiva atualização para o ano de 2019, a Presidente da Câmara informou que foi elaborado um ponto de situação à data de 27 de Fevereiro de 2019, resumindo de seguida algumas das ações em curso da responsabilidade da Câmara Municipal.

Com o objetivo de dar continuidade às ações desenvolvidas no ano anterior, foi lançado um novo procedimento para monitorização da qualidade do ar no concelho de Alcanena, com realização de 4 campanhas no decorrer de 2019, uma por trimestre.

No que respeita à ETAR de Alcanena, em 2015 deu-se início a uma intervenção de fundo ao nível da reabilitação da ETAR e rede de coletores no valor de 6 milhões de euros, com o objetivo de melhoria do funcionamento da ETAR, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos níveis da licença de descarga.



Neste âmbito importa considerar o sistema de forma integrada - ETAR, coletores e Unidades Industriais, com vista à otimização do funcionamento do mesmo, existindo ainda intervenções a fazer nesta matéria.

Relativamente à valorização do rio Alviela, a Presidente da Câmara informou que foi celebrado novo contrato de prestação de serviços para realização de análises quinzenais para controlo analítico à qualidade da água da nascente do rio Alviela, com avaliação de parâmetros microbiológicos e físico-químicos. O Eng.º Miguel Guerreiro acrescentou que o objetivo final será a designação da praia fluvial dos Olhos de Água do Alviela como zona balnear interior, conforme reunião realizada a 7 de Março de 2019 com a APA.

Ainda no plano da valorização do rio Alviela, foi já elaborado o mapa de vulnerabilidades, com identificação das principais linhas de água a monitorizar e localização de pontos de amostragem e potenciais focos de poluição/vulnerabilidades, conforme mapa apresentado.

O Eng.º Nuno Silva, do CTIC, solicitou que o referido mapa de vulnerabilidades fosse enviado para todas as entidades para análise e sugestões.

Do ponto de vista das atividades económicas identificadas no referido mapa, o Eng.º Miguel Guerreiro destacou a concentração de indústrias de curtumes e químicos nas áreas de Alcanena, Vila Moreira e Gouxaria, e a concentração de alguma atividade agro-pecuária na zona da Serra de Santo António.

O Arq.º Fernando Faria Pereira, em representação do ICNF, assinalou que, com efeito, a manutenção da atividade de pecuária/pastorícia, tal como está, é benéfica mesmo do ponto de vista da conservação da natureza. A paisagem nesta área do PNSAC está “viva” precisamente devido à manutenção desta atividade.

O Eng.º Miguel Guerreiro acrescentou que a sinalização dos pontos de amostragens, selecionados com base neste mapa de vulnerabilidades, permitirá a monitorização das linhas de água do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

O Arq.º Fernando Faria Pereira informou que as equipas de vigilância do PNSAC foram alertadas para estas questões e, até à data, não foram detetadas situações anómalas, nomeadamente ao nível da deteção de focos de poluição / situações problemáticas.

A Presidente da Câmara alertou para as situações que têm ocorrido, um pouco por todo o país, associadas à problemática da lagarta do pinheiro e da vespa asiática, sugerindo a intervenção do ICNF ao nível da formação, informação e sensibilização junto dos Municípios. Neste momento existem empresas que se “disponibilizam” a vir realizar ações de formação neste âmbito, e os Municípios acabam por ter dúvidas sobre qual a melhor forma de agir e quais as soluções mais eficazes a adotar. Desta forma, sublinha a importância da intervenção do ICNF, nomeadamente no aconselhamento ao nível das melhores práticas a adotar.



O Arq.º Fernando Faria Pereira informou que o site do ICNF tem informação bastante detalhada sobre a lagarta do pinheiro e a vespa asiática. Mais informou que no ICNF existem técnicos a monitorizar a proliferação/evolução da vespa asiática, mas é à Proteção Civil que cabe a responsabilidade do combate/eliminação dos ninhos.

A Dr.ª Cláudia Moedas, em representação da DGAV, informou ainda da existência da Linha “SOS-Vespa” (<http://www.sosvespa.pt>), uma iniciativa conjunta entre o ICNF e a DGAV, que visa apoiar a identificação e o controlo da Vespa velutina em Portugal, nomeadamente através da localização de ninhos e comunicação entre entidades. Os Municípios / Proteção Civil Municipal deverão registar-se nesta plataforma, nomeadamente para receção de alerta automático em caso de deteção de situações na respetiva área de intervenção. Mais informou que, até à data, as situações que foram sinalizadas nesta plataforma foram “falso alarme”.

Neste âmbito, e no seguimento da realização do Festival da Biodiversidade, foi proposta a realização de uma ação de sensibilização conjunta entre o ICNF e a DGAV sobre a lagarta do pinheiro e a vespa asiática, dirigida aos Municípios e Proteção Civil.

Passando para a Associação ZERO, a Eng.ª Sara Correia confirmou a disponibilidade de colaboração, dentro dos meios disponíveis na Associação, ao nível da elaboração do relatório de compilação /sistematização da informação que tem vindo a ser produzida/recolhida no âmbito dos trabalhos do Observatório Ambiental.

Relativamente às ações em desenvolvimento pelo CTIC, a Presidente da Câmara lembrou que esta entidade liderou o processo de definição das medidas a adotar junto das Unidades Industriais para minimização dos impactos ambientais do processo industrial, passando a palavra ao Eng.º Nuno Silva que confirmou que o CTIC continua a acompanhar a implementação das medidas de minimização que foram delineadas.

O Eng.º Nuno Silva informou também que, no seguimento da reunião anterior, foi definido um conjunto de descritores e indicadores de sustentabilidade para a caracterização do concelho de Alcanena, apresentando disponibilidade para o agendamento de reuniões setoriais com as entidades com intervenção nas diferentes matérias, no sentido de avaliar a existência de informação de suporte aos indicadores de sustentabilidade ambiental definidos.

Destacou ainda que o CTIC pretende participar no Festival da Biodiversidade 2019, em princípio com as temáticas da economia circular e da sustentabilidade.

Em complemento, resumiu ainda algumas das atividades em desenvolvimento pelo CTIC:

- Acompanhamento das monitorizações realizadas à qualidade do ar, análise dos resultados e participação na reunião com Prof. João Levy (Agroleico);
- Acompanhamento e análise dos relatórios das auditorias à ETAR, Aterros e Unidades Industriais e participação na reunião com Prof. João Levy (Agroleico);



- Participação na reunião com o Prof. Saldanha Matos (Hidra) sobre as possíveis intervenções na rede de coletores;
- Acompanhamento da implementação das medidas de minimização de odores nas Unidades de Pré-Tratamento das empresas clientes;
- Acompanhamento técnico dos projetos em desenvolvimento pela AUSTRA (raspas verdes, raspas azuis e lamas da ETAR);
- Esclarecimento sobre a limpeza e desobstrução de linhas de água (município da zona da Louriceira);
- Monitorização das lixeiras encerradas do concelho de Alcanena no âmbito de uma prestação de serviços à Resitejo (próxima campanha no 1º semestre 2019);
- Desenvolvimento de Planos de Gestão de Solventes de base orgânica, com medidas de redução de consumos;
- Acompanhamento da implementação da nova legislação ambiental ao setor de curtumes, nomeadamente: alterações à legislação dos efluentes gasosos, remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos de empresas e prevenção da *legionella* (Lei n.º 52/2018);
- Em desenvolvimento um Guia/Manual de Economia Circular para a Indústria de Curtumes e Cálculo da Pegada de Carbono para diferentes produtos finais da Indústria de Curtumes;
- Participação do CTIC na Expopele 2019, dias 11 e 12 de Abril, nomeadamente na Conferência “Indústria de Curtumes: Visão 2030” onde serão abordados os temas economia circular e sustentabilidade.

Passando a palavra à representante da DGAV, a Dr.ª Cláudia Moedas salientou a troca de ofícios com o IAPMEI relativamente à questão do licenciamento industrial, concretamente no que respeita à indústria de curtumes. A DGAV reforçou o seu parecer junto do IAPMEI, sustentando que as indústrias de curtumes deveriam ser classificadas como tipo 1 e não tipo 3.

Sobre esta matéria, a Presidente da Câmara acrescentou que é um processo que carece de ser avaliado numa perspetiva interdisciplinar. Independentemente da entidade coordenadora (IAPMEI ou CMA), o mais importante é ter em conta o tipo de indústria e, de facto, a indústria de curtumes não deveria ser classificada como tipo 3, tendo em conta a complexidade da mesma. A questão crucial é que o processo de licenciamento para uma indústria do tipo 3 é muito mais aligeirado e não se coaduna com a indústria de curtumes, cujos estabelecimentos deveriam ser licenciadas tendo em conta o que vão fazer e como o vão fazer, antes de entrarem em laboração.

A Dr.ª Cláudia Moedas sugeriu que um dos pontos a avaliar neste processo poderia passar por rever o limiar a partir do qual é obrigatória a apresentação de estudo de impacto ambiental. Neste momento o limiar está fixado em 12 toneladas de produto final acabado por dia.



A Eng.<sup>a</sup> Paula Lança do IAPMEI referiu que, de facto, o novo SIR veio simplificar drasticamente os processos de licenciamento ao nível da Administração Central. Esclareceu ainda que, nos anteriores Regulamentos, as unidades industriais de curtumes nunca foram classificadas automaticamente como tipo 1. Os parâmetros que conferiam essa classificação às unidades de curtumes eram, principalmente, a potência elétrica e o número de trabalhadores, uma vez que aquelas unidades não estavam sujeitas a regimes ambientais classificativos. Com efeito, no novo SIR, esses parâmetros (potência elétrica e o número de trabalhadores) deixaram de constar como parâmetros classificativos, tendo conduzido a uma alteração processual substancial ao nível do processo de licenciamento (uma grande parte dos estabelecimentos industriais, na generalidade, passaram a tipo 3).

Por outro lado, anteriormente todos os estabelecimentos que tinham o processo de ribeira, e por conseguinte careciam de NCV (Número de Controlo Veterinário), passavam para tipo 1. A partir do momento em que a DGAV estabeleceu que estes estabelecimentos deixavam de carecer de NCV, passaram para tipo 3 e automaticamente para a competência das Câmaras Municipais.

Reforçou ainda que, no caso dos processos que foram reencaminhados para a Câmara Municipal, se existirem dúvidas sobre alguns dos estabelecimentos, nomeadamente ao nível da capacidade produtiva, tem de ser a Câmara a averiguar, uma vez que o IAPMEI não pode mesmo intervir nos estabelecimentos do tipo 3.

Independentemente destas questões, continuam disponíveis para apoiar ao nível da disponibilização de informação e produção de checklists para apoio ao processo de licenciamento das unidades industriais de curtumes.

Relativamente a uma eventual possibilidade de reclassificação, o IAPMEI não pode intervir nesta matéria, tendo em conta que a tendência atual é a retirada de competências da Administração Central. Poderá eventualmente passar pela tomada de uma posição de força conjunta ao nível da Associação de Municípios.

Ainda no âmbito desta questão, o Eng.<sup>o</sup> Carlos Castro da APA referiu que importa aferir se o regime ambiental tem ou não aplicabilidade, tendo em conta a capacidade instalada das unidades industriais.

A Presidente da Câmara concluiu assim que importa perceber que informação deve ser efetivamente solicitada aos estabelecimentos para se poder avaliar se tem ou não aplicabilidade o regime ambiental, assegurando que os processos são rigorosamente cumpridos como e a quem de facto compete.

A Dr.<sup>a</sup> Cláudia Moedas referiu ainda que, ao nível da nova legislação referente à descentralização de competências, compete a cada entidade coordenadora avaliar a transferência dos processos para as Câmaras Municipais, considerando os critérios definidos.



## Município de Alcanena

Câmara Municipal

Passando para a DRAP-LVT, o Eng.º Luís Filipe Sousa mencionou que a participação desta entidade no Observatório Ambiental está mais relacionada com as questões de poluição ao nível dos lagares. O ano de 2018 decorrer da melhor forma, sem ocorrência de situações anómalas, provavelmente também devido à conjugação de fatores externos favoráveis.

O Eng.º Miguel Guerreiro acrescentou que a GNR realizou a “Operação Lagaragem” e não detetou de facto nenhuma situação anómala.

O Eng.º Carlos Castro, representante da APA, referiu que tem mantido contacto frequente com a CMA, tendo em conta os assuntos que tem vindo a acompanhar. Mencionou ainda que enviou anteriormente informação sobre os títulos de rejeição dos lagares.

Relativamente às ETAR do concelho de Alcanena, informou que estão em avaliação pela APA, sendo que a ETAR de Minde tem já uma nova licença de descarga. Na ETAR de Alcanena está em avaliação o impacto nas massas de água, para se estimar se a licença de descarga terá de ser mais restritiva.

Após a intervenção de todas as entidades presentes, a Presidente da Câmara propôs o agendamento da próxima reunião para o dia 18 de Junho de 2019.

E nada mais havendo a tratar, deu por terminada a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos e reconhecendo a importância dos contributos das diferentes entidades para a concretização do Plano de Ação em curso, dando assim por concluída a reunião de que se lavrou a presente ata.